



FALÁCIA X ARGUMENTO

Reflexão elaborada por: Norberto Carlos Weinlich¹

Presenciamos e vivemos um momento histórico relevante, em que a sociedade se mostra perplexa diante do cenário político em que a corrupção campeia no Congresso, em conluio com empresas que fizeram acordos espúrios para obtenção de vantagens com mão dupla. A corrupção, seja ela ativa ou passiva, não constitui privilégio desta nova geração.

No antigo império romano, aos militares, a quem cabia o dever legal de prender eventuais criminosos, exigiam uma espécie de dízimo de tudo o que era produzido no campo.

Atribui-se principalmente à corrupção o fato de haver – em tempos de paz - considerável baixa no quadro de efetivos nos vários regimentos. O soldado “dava” uma escapulida, a fim de praticar atos alheios a sua tarefa militar, dentre as quais namorar e praticar roubos. Isto mesmo: o dinheiro obtido era utilizado, em boa parte, para comprar o próprio chefe.

Como observamos, ocorre tão somente uma “mudança de roupagem”!

Eram os mesmos militares que exigiam, ainda, uma espécie de dízimo de tudo o que era produzido no campo. Assim, os trabalhadores eram obrigados a levar para celeiros públicos parte do trigo colhido para o sustento familiar.

Sêneca, abordando o tema, diz que pilhar as províncias como governador era “o caminho senatorial para o enriquecimento”. O poder central, na maioria das vezes, fazia vistas grossas, desde, é claro, que recebesse a parte que lhe tocava.

Cícero se tornou senador não pelo fato de ascender de família tradicional, mas pela enorme capacidade oratória (o que engrandecia o Senado). Sacam os cofres públicos, movidos por razões alheias à ética social e constitucional.

Com este cenário como pano de fundo, em Filosofia, é necessário conhecer primeiramente, enunciados considerados falsos ou verdadeiros. Para tanto, a metodologia filosófica se utiliza de ferramentas que auxiliam no reconhecimento se uma proposição é mero palpite, interpretação pessoal ou se são verdades aceitas universalmente.

Cícero afirmava: “O argumento é qualquer coisa que dá fé, credibilidade”. Tomás de Aquino considerava o argumento como “o que convence a mente a assentir alguma coisa”.

Em síntese, o argumento deve: a) apresentar qualquer razão prova, demonstração, indício, ou motivo capaz de captar o assentimento e de induzir à persuasão ou à convicção.

Em contraposição, a falácia, - que é considerada quando da elaboração e uso da argumentação – é um tipo de raciocínio *incorreto*, apesar de ter uma aparência de correção, conhecida também como *sofisma*, seja quando contraria as regras do raciocínio correto, seja pela ambiguidade de linguagem, ou quando alguém simplesmente quer enganar o outro, aproveitando-se de sua ingenuidade, boa-fé ou de suas emoções, muito comum em pessoas manipuladoras.

Nada, entretanto, se sobrepõe ao mestre da argumentação e da dialética, Sócrates, cuja capacidade argumentativa foi denominada *maiêutica* (parto). Com o método de perguntas e respostas, induzia uma pessoa com pouco conhecimento a raciocinar a respeito de um fato ou ideia para, em seguida, fazê-lo deduzir (interpretar) corretamente.

Depois desta viagem no tempo, Edvaldo Renê Missio, em seu artigo publicado no Correio Popular de 17 de maio de 2017, na página A2, com o título *Ética da Esperança*, que “a ética, é aqui entendida como a expressão máxima da conduta humana em vista do bem comum e da justiça social, da prudência do comportamento individual e das principais características da gestão pública em favor de suas necessidades e demandas sociais mais urgentes.”

Esta quebra de paradigma pode vislumbrar uma luz no túnel, cujo fio condutor ainda segundo Edvaldo, não deve se identificar com o tom de esperança passiva, que delega ao poder público a tarefa do fazer e ditar regras de conduta coercitiva.

Em síntese, nos deparáramos com dois conceitos: Inferência e Fato.

Inferência postula que uma afirmação (**que parece ser um fato**), poderá vir a ser comprovada somente “*a posteriori*”, e o **fato**, uma afirmação facilmente testada, verificando-se a validade de sua fonte, onde tomamos como exemplo a delação premiada.

De que lado penderá a balança?

Norberto Carlos Weinlich¹, professor universitário nas áreas de Ética e Gestão do Conhecimento.